

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fabricação, instalação, manutenção e limpeza de calhas, rufos e vedação de prédios públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Bataguassu/MS, conforme especificações constantes neste Estudo.

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.
1	010.008.103	Contratação de empresa para fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de calhas coxo, rufos, serviços a serem realizados na Clínica da Mulher de Bataguassu-MS. Material para as calhas coxo e rufos: Galvalume. OBS: vedação em todos os parafusos das telhas da cobertura da clínica da mulher, manutenção nas calhas coxos e rufos 0,5m de rufo de encosto (15). Garantia dos serviços de 12 meses	SERVI	1
2	010.008.104	Contratação de empresa para fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de contra rufos, isolamento de telhas, instalação de cano pvc, vedação e manutenção nas calhas coxo , isolamento em climatizadores, serviços a serem realizados no club da melhor idade Observações vedação nos parafusos de todas as telhas do club da terceira idade, instalação de contra rufos, isolamento de telhas, instalação de cano PVC, vedação e manutenção nas calhas coxo, isolamento em climatizadores 24m de rufos de encosto (15) 3,2m de rufo pingadeira c/ recorte em telha (30) 2m de canaleta (120) 7,3m de canaleta (30) 4,7m de canaleta (30)	SERVI	1



		2,2m de canaleta (30) Tipo de material: Galvalume Serviços com 12 meses de garantia		
3	010.008.107	Contratação de empresa para fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de rufos e calhas vedação em todos os parafusos da cobertura, correção de encaixe das telhas, serviços a serem realizados no Pronto Socorro de Bataguassu-MS OBS: vedação em todos os parafusos das telhas da cobertura do pronto socorro, vedação em rufos, vedação nas calhas coxos, correção de encaixe das telhas 0,5m de calha água furtada (33) serviços com 1 ano de garantia	SERVI	1
4	010.008.106	Contratação de empresa para fabricação, fornecimento, instalação e manutenção de rufos, vedação em todos os parafusos da cobertura, instalação e isolamento, vedação nas marquises, serviços a serem realizados no Conselho Tutelar de Bataguassu-MS Obs: vedação em todos os parafusos das telhas da cobertura do conselho tutelar, vedação nos rufos, instalação de isolamentos, vedação das marquises 15m de rufo fe encosto (15) serviços com 12 meses de garantia	SERVI	1
5	010.008.102	Contratação de empresa para fabricação, fornecimento, instalação e substituição de rufos , contra rufos, manutenção e limpeza de calhas,	SERVI	1



		<p>vedação nas emendas das calhas, serviços a serem realizados no Ginásio de esportes Central de Bataguassu-MS</p> <p>Material para os rufos: Galvalume</p> <p>OBS: vedação em todos os parafusos das telhas da cobertura do ginásio, substituição de rufos, instalação de contra rufos, manutenção e limpeza de</p> <p>todas as calhas, vedação nas emendas das calhas.</p> <p>20m de rufo de encosto (15)</p> <p>30m de rufo de encosto (30)</p> <p>Garantia dos serviços de 12 meses</p>		
--	--	---	--	--

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

**1.4.** A presente contratação terá vigência até **31 de julho de 2026**, contados a partir da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação visa atender à necessidade de execução de serviços de fabricação, fornecimento, instalação, manutenção e substituição de calhas, rufos, contra rufos, vedação, correção de encaixe de telhas, instalação de isolamentos e limpeza em diversos prédios públicos do Município de Bataguassu/MS, tendo em vista o desgaste natural das estruturas existentes, bem como a ocorrência de infiltrações, vazamentos e falhas construtivas que comprometem a integridade das edificações.

**2.2.** A deficiência nos sistemas de cobertura, drenagem pluvial e vedação prejudica o adequado escoamento das águas, favorece a ocorrência de infiltrações, umidade e deterioração dos materiais, impactando diretamente na conservação dos prédios

públicos, na segurança dos usuários e servidores, além de comprometer a funcionalidade dos espaços.

**2.3.** Nesse contexto, a ausência de manutenção adequada e de intervenções corretivas resulta em danos estruturais progressivos, interrupções na utilização dos ambientes, redução da vida útil das edificações e elevação dos custos com reparos emergenciais, gerando prejuízos ao erário e à eficiência da gestão pública.

**2.4.** Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de fabricação, instalação, manutenção e vedação de calhas, rufos e componentes da cobertura mostra-se indispensável para garantir a preservação do patrimônio público, a continuidade dos serviços ofertados à população e o adequado funcionamento das unidades atendidas, assegurando a observância dos princípios da eficiência, economicidade, segurança e interesse público.

**2.5.** A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data da republicação no PNCP: 19/02/2026

IV) Id do item no PCA: 133/2026

V) Classe/Grupo: 1836550458 Serviços de reparos, fabricação e instalação de calhas e rufos

### **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fabricação, instalação, manutenção e limpeza de calhas, rufos e vedação de prédios públicos.

**3.2.** Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação, foi realizado levantamento de mercado que identificou as seguintes características:

**3.2.1.** O objeto em questão possui contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, tratando-se de item comum e amplamente disponível no mercado;

**3.2.2.** Diante da necessidade apontada, a solução exige a aquisição, uma vez que não há viabilidade técnica ou econômica para produção ou fornecimento direto pelo Município, sendo mais adequado o atendimento por fornecedor especializado;

**3.2.3.** Foram analisadas contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, por meio de consultas a editais e atas de registros de preços, com o objetivo de verificar metodologias ou especificações que melhor se ajustem às demandas locais;

**3.2.4.** Constatou-se que não há variações significativas quanto à natureza dos objetos ou ao ramo de atividade econômica das empresas aptas ao fornecimento, sendo a principal diferença observada relacionada à modalidade de contratação utilizada por cada ente;

**3.2.5.** A solução, como um todo, visa assegurar a adequada conservação e o pleno funcionamento dos prédios públicos atendidos, por meio da melhoria das condições de cobertura, vedação e escoamento de águas pluviais, garantindo infraestrutura segura, funcional e durável para servidores e usuários. Dessa forma, a contratação contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, para a prevenção de danos estruturais e para a melhoria das condições de uso dos espaços, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços à comunidade.

**3.2.6.** Há ampla oferta no mercado de fornecedores aptos a fornecer o produto/serviço conforme os requisitos estabelecidos, o que assegura a competitividade, a busca por melhores preços e o atendimento às exigências técnicas e legais.

**3.3.** Nesse sentido, não foram encontrados novos métodos que possam contribuir para esse processo. Assim, a solução para a demanda apresentada compreende a realização de contratação direta, na sua modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando o permissivo legal para a contratação nestes termos.

**3.4.** Os impactos positivos relacionados à contratação pretendida estão diretamente ligados ao cumprimento das obrigações institucionais da Secretaria Municipal de



Infraestrutura de Bataguassu, promovendo efetividade na segurança e manutenção do patrimônio Público.

#### **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Instalação e assistência técnica**

**4.1.** Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, devidamente treinados e capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia e segurança do trabalho, bem como a legislação vigente.

**4.2.** Os materiais utilizados deverão ser novos, de primeira linha, de procedência comprovada e compatíveis com as especificações técnicas do objeto, especialmente em relação ao uso de material em Galvalume ou equivalente, garantindo resistência, durabilidade e eficiência na vedação e no escoamento das águas pluviais.

**4.3.** A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente aos projetos, orientações técnicas, cronogramas e determinações da fiscalização do contrato, sendo vedada a substituição de materiais ou métodos sem prévia autorização da Administração.

**4.4.** A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas, insumos, mão de obra e demais recursos necessários para a perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, segurança e regularidade das atividades desenvolvidas.

**4.5.** A empresa deverá observar as normas de segurança do trabalho, fornecendo aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, responsabilizando-se por eventuais danos causados a terceiros, ao patrimônio público ou privado, em decorrência da execução dos serviços.

**4.6.** A contratada deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os serviços executados, contados a partir do recebimento definitivo, responsabilizando-se pela correção, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer falhas, vícios ou defeitos verificados no período.

**4.7.** Deverá ser assegurada a disponibilidade de assistência técnica durante o período de garantia, bem como o atendimento tempestivo às demandas de manutenção corretiva eventualmente solicitadas pela Administração.

### Requisitos gerais

**4.8.** Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto, que constam no item 1.1

**4.9.** A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos e em sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da entrega e da boa e perfeita execução do objeto.

**4.10.** A contratada será responsável por eventuais vícios ou defeitos do material fornecido, bem como por danos decorrentes do uso inadequado dos produtos entregues, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**4.11.** O objeto contratado deverá estar em conformidade com todas as normas técnicas e de qualidade previstas na legislação vigente, sendo aplicável, subsidiariamente, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto à segurança e durabilidade dos produtos.

### Subcontratação

**4.12.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

**4.13.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

**5.1.** O prazo para realização dos serviços é de **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, em remessa integral.

**5.2** A instalação deverá ocorrer nos seguintes endereços:

- Clínica da Mulher – Av. Presidente Prudente, s/nº, Centro, Bataguassu/MS;
- Clube da melhor idade – Rua Lírio HG Mussi, s/nº, Bairro Modelo, Bataguassu/MS;
- Pronto Socorro Municipal de Bataguassu/MS – Av. Dias Barroso, nº 220, Centro, Bataguassu/MS;

- Ginásio de Esportes Central – Rua Ponta Porã, nº 207, Centro, Bataguassu/MS.

**5.3.** A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, qualquer item entregue com avarias, defeitos ou que não atenda às especificações técnicas previstas.

**5.4.** Os materiais/serviços adquiridos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e serão recusados e devolvidos à contratada caso não estejam em conformidade com as condições e exigências descritas neste Termo de Referência.

**5.5.** As despesas com frete, seguro, transporte até o local de entrega, descarregamento, bem como os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

#### **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.7.** A contratada deverá assegurar garantia mínima contra defeitos de fabricação pelo prazo de 90 (noventa) dias, com substituição ou reparo imediato dos itens defeituosos, para itens de consumo.

**5.8.** O prazo de garantia contratual dos bens classificados como permanentes, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.9.** A garantia será prestada com vistas a manter os serviços fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**5.10.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**5.11.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**5.12.** Os serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**5.13.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**5.14.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**5.15.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**5.16.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**5.17.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**5.18.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.6.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.6.1.** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.6.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.6.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.6.5.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.7.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.7.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.8.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.10.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.11.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



**6.13.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**7.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.7.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez



dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.7.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.8.1.** o prazo de validade;

**7.8.2.** a data da emissão;

**7.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.8.5.** o valor a pagar; e

**7.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

**7.11.** Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**7.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

#### **Prazo de pagamento**

**7.15.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **Forma de pagamento**

**7.16.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.17.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.18.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.19.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.20.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**8.1.1.** O fornecimento do objeto será integral.

**8.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.3.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.4.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.5.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.7.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

**8.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.13.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.14.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.15.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.16.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.17.** As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

## **IX. ESTIMATIVA DO PREÇO**

**9.1.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.



## X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026 (LOA nº 3.228 DE 22/12/2025).

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- I) Gestão/Unidade: 020401
- II) Fonte de Recursos: 1500
- III) Programa de Trabalho: 3.3.90.39.16
- IV) Elemento de Despesa: 15.452.0401.1003
- V) Ficha: 111

Bataguassu-MS, 24 de fevereiro de 2026.

**Elaboração:**

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Geovani Tavares Martim**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Kelson Luís Ascêncio**  
Diretor de Planejamento e Projetos

**Aprovado por:**

**Eliane de Oliveira Souza**  
Secretária Municipal de Infraestrutura